Comunicado
Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Maternidade Santa Isabel - Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - Famesp

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
CNPJ/MF 46.230.439/0001-01
MATERNIDADE SANTA ISABEL - MSI
CNPJ/MF 46.230.439/0011-83

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Conselheiros e Administradores da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP – MATERNIDADE SANTA ISABEL** Bauru – SP. **OPINIÃO:** Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP – MATERNIDADE SANTA ISABEL,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP – MATERNIDADE SANTA ISABEL** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos. **BASE PARA OPINIÃO:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL:** Conforme a nota explicativa nº 1, as demonstrações financeiras da Entidade apresentam passivo a descoberto no montante de R$ 4.106.360,25, com situação patrimonial e financeira que requer forte gestão administrativa. Este fator é um indicativo de que a continuidade normal das operações da Entidade depende do êxito das medidas que estão sendo tomadas pela Administração. Neste sentido, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresas em regime normal de operações, não incluindo qualquer ajuste em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto. **ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Conforme descrito na nota explicativa nº 9, a **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP**, usufrui de benefícios relativos às imunidades previdenciárias – cota patronal, devido ao certificado emitido pela ANS válido até 04 de maio de 2010. Devido a alteração da Lei nº 12.101/2009 o certificado passou a ser emitido pelo Ministério da Saúde que ainda não o emitiu, porém o pedido foi protocolado em 17 de fevereiro de 2010 sobre número 71000.075981/2009-33 e ainda não foi homologado. Em 13 de janeiro de 2011, foram juntadas peças adicionais para auxiliar na análise do Ministério buscando demonstrar a atuação filantrópica da FAMESP, conforme protocolo número 25000.006337/2011-12. Até a presente data, o processo de requerimento de renovação do Certificado de Filantropia se encontra suspenso e são boas as possibilidades de êxito para emissão do certificado, conforme opinião de seus assessores jurídicos. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto. **OUTROS ASSUNTOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Leitura das demonstrações financeiras -** Conforme mencionado na nota explicativa n°1, o **MATERNIDADE SANTA ISABEL** não possui personalidade jurídica própria, visto que a FAMESP é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da FAMESP. **Relatório do auditor do exercício anterior -** Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e emitimos nosso relatório em 05 de fevereiro de 2016 com a mesma ênfase constante do relatório deste exercício, sendo que devido a alteração das normas de auditoria aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o assunto de continuidade operacional, anteriormente tratado como ênfase, no presente relatório é identificado em seção segregada após nossa opinião. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.**RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
São Paulo, 31 de janeiro de 2017.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves Lira
CT CRC Nº SP222941/O-8

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em Reais)
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

	Notas	2016	2015
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		550.632,59	35.850,88
Adiantamentos Diversos		-	24.357,80
Contas Correntes	7	99.866,43	94.849,96
Estoques	4	285.404,30	336.110,34
Total do Ativo Circulante		**935.903,32**	**491.168,98**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais		46.363,59	46.363,59
Imobilizado	5	2.268.978,98	2.477.263,10
Total do Ativo Não Circulante		**2.315.342,57**	**2.523.626,69**
TOTAL DO ATIVO		**3.251.245,89**	**3.014.795,67**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

	Notas	2016	2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		490.468,01	1.103.553,43
Salários a Pagar		752.346,46	753.807,38
Contas a Pagar		28,30	593,46
Contas Correntes	7	1.031.229,17	2.758.469,94
Provisão de Férias e Encargos	3.d	1.559.391,68	1.580.524,64
Impostos e Contribuições a Recolher		467.762,72	428.583,34
Total do Passivo Circulante		**4.301.226,34**	**6.625.532,19**
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências	8	772.127,21	240.000,00
Repasses para Investimento	3.h	2.284.252,59	2.467.242,63
Total do Passivo Não Circulante		**3.056.379,80**	**2.707.242,63**
PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Variação Patrimonial		(4.106.360,25)	(6.317.979,15)
Total do Patrimônio Social (Passivo a descoberto)		**(4.106.360,25)**	**(6.317.979,15)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)		**3.251.245,89**	**3.014.795,67**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Receitas		
Parcelas e Contrato de Gestão	29.400.000,00	21.405.200,00
Repasse Eventual Programas Especiais	182.990,04	177.813,88
Outras Receitas		-
	29.582.990,04	**21.583.013,88**
Despesas		
Com Pessoal	(18.672.511,33)	(18.435.063,29)
Com Medicamentos	(2.636.123,10)	(2.523.679,83)
Administrativas	(5.602.278,97)	(4.381.127,17)
	(26.910.913,40)	**(25.339.870,29)**
Resultado Operacional	**2.672.076,64**	**(3.756.856,41)**
Receitas Financeiras Líquidas	71.669,47	23.075,70
Provisão para Contingências	(532.127,21)	-
Superávit (Déficit) do Exercício	**2.211.618,90**	**(3.733.780,71)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

	2016	2015
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**2.211.618,90**	**(3.733.780,71)**
Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**2.211.618,90**	**(3.733.780,71)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

	Variação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	**(2.584.198,44)**	**(2.584.198,44)**
Déficit do Exercício	(3.733.780,71)	(3.733.780,71)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	**(6.317.979,15)**	**(6.317.979,15)**
Superávit do Exercício	**2.211.618,90**	**2.211.618,90**
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**(4.106.360,25)**	**(4.106.360,25)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2016	2015
Superávit (Déficit) do Exercício	**2.211.618,90**	**(3.733.780,71)**
Itens que não afetam o Caixa:		
Depreciação	234.450,98	227.855,58
Provisão para Contingências	532.127,21	187.000,00
Amortização de Repasses para Investimento	(182.990,04)	(177.813,88)
Resultado antes das mudanças no capital de giro	**2.795.207,05**	**(3.496.739,01)**
(Aumento) Redução em Estoques	50.706,04	(70.259,02)
(Aumento) Redução em Contas Correntes - Ativo	(5.016,47)	(69.116,98)
(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-	(41.263,59)
(Aumento) Redução em Contas a Receber	-	17.421,99
(Aumento) Redução em Adiantamentos	24.357,80	(4.047,77)
Aumento (Redução) em Fornecedores	(613.085,42)	497.518,65
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	(565,16)	(329,73)
Aumento (Redução) em Contas Correntes - Passivo	(1.727.240,77)	2.375.164,75
Aumento (Redução) em Obrigações com Funcionários	(22.593,88)	67.741,62
Aumento (Redução) em Impostos e Obrigações Sociais	39.179,38	(12.476,27)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	**540.948,57**	**(736.385,36)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição do Ativo Imobilizado	(26.166,86)	(159.921,70)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(26.166,86)**	**(159.921,70)**
Acréscimo (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**514.781,71**	**(896.307,06)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no começo do exercício	**35.850,88**	**932.157,94**
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício	**550.632,59**	**35.850,88**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)
ATIVIDADES OPERACIONAIS: A **Maternidade Santa Isabel** iniciou suas atividades em maio de 2012 e tem como objeto o atendimento básico de saúde através de consultas e exames aos pacientes SUS possibilitando a promoção da equidade e máxima resolutividade na região de sua atuação. A **Fundação Para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP**, entidade sem fins lucrativos, de acordo com a ata da 12.ª Reunião Ordinária do seu Conselho Administrativo realizada em 14 de fevereiro de 2012, foi autorizada a assumir a gestão da Maternidade. Em 03/02/2012 foi firmado Contrato de Gestão, entre a Secretaria de Estado da Saúde e a FAMESP – Processo 2012 nº 001.0500.000.071/2011 publicado no DOE de 08/02/2012 - para a administração dos serviços de saúde da referida unidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a aquisição de material de consumo, medicamentos, equipamentos médico-hospitalares e contratação de pessoal, administrando os recursos enviados pela Secretaria da Saúde. O contrato de gestão tem prazo de duração até 03/02/2017. Em 2016 a **FAMESP - MATERNIDADE SANTA ISABEL** apresentou um passivo a descoberto no montante de R$ 4.106.360,25. A administração esta atuando fortemente na redução dos custos hospitalares deste contrato, além de discutir junto à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, a adequação dos repasses aos custos necessários para atendimento da demanda atual de pacientes, bem como, para a cobertura dos custos já incorridos em períodos anteriores. **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002/12 – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. **Moeda funcional e moeda de apresentação-** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da provisão para devedores duvidosos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: Ativo Circulante -** O ativo circulante é demonstrado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **Imobilizado -** Conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, o imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 7 de abril de 2017 às 01:50:50.

continuação

durante a vida útil econômica dos bens, contabilizados no resultado do exercício. A Administração analisou as taxas de depreciação em uso e entendeu que as mesmas estão apropriadas em relação aos níveis de utilização dos ativos.**Provisão de Férias -** Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. **Imposto de Renda e Contribuição Social -** O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada no artigo 150, inciso VI, letra "C" da Constituição Federal de 1988. **Passivo Circulante -** O passivo circulante é demonstrado pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável. **Apuração do Resultado -** Adota-se o regime de competência mensal para a contabilização das despesas e das receitas do exercício. **Repasse para Investimentos -** Refere-se ao reconhecimento de repasses/subvenções destinadas a aquisição de ativos imobilizados, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que toda subvenção destinada a investimento será registrada em passivo não circulante e amortizado de acordo com depreciação ou amortização dos ativos adquiridos com estes recursos.

ESTOQUES

	2016	2015
Medicamentos	86.659,37	68.617,04
Material médico hospitalar	129.179,90	205.183,65
Outros materiais de consumo hospitalar	25.670,79	40.851,86
Almoxarifado	43.894,24	21.457,79
	285.404,30	**336.110,34**

IMOBILIZADO

CUSTO AQUISIÇÃO	2015	Adições	2016
Equipamento de CPD	87.346,05	15.600,00	102.946,05
Móveis e Utensílios	304.836,52	3.757,86	308.594,38
Móveis e Utensílios – Hospit.	205.129,90	2.010,00	207.139,90
Equipamentos Hospitalares	2.396.855,54	4.799,00	2.401.654,54
Veículos	113.000,00		113.000,00
	3.107.168,01	**26.166,86**	**3.133.334,87**
(-) DEPRECIAÇÃO			
Equipamento de CPD	(42.629,56)	(18.891,28)	(61.520,84)
Móveis e Utensílios	(54.046,00)	(20.237,44)	(74.283,44)
Móveis e Utensílios – Hospit.	(37.910,15)	(13.641,28)	(51.551,43)
Equipamentos Hospitalares	(470.459,20)	(168.120,98)	(638.580,18)
Veículos	(24.860,00)	(13.560,00)	(38.420,00)
	(629.904,91)	**(234.450,98)**	**(864.355,89)**
	2.477.263,10	**(208.284,12)**	**2.268.978,98**

Em conformidade com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através da interpretação técnica ICPC 10, que versa sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimentos dos pronunciamentos técnicos CPCs da PME a Fundação definiu o início das revisões de vida útil do ativo imobilizado da Maternidade a partir da data de aquisição. **RESSARCIMENTO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO FAMESP**: Em 11/12/2012 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Resolução SS nº 116, de 10/12/2012, que dispõe sobre a proibição de retenção de valores dos repasses financeiros destinados a convênios e contratos de gestão celebrados no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, a título de taxa de administração. Contudo, o mesmo documento legal, autoriza o ressarcimento da despesa operacional, através de rateio, na hipótese de concentração pela Organização Social de Saúde, de parte dos serviços gerenciais em suporte técnico direto à Administração, vinculado ao contrato de gestão. Desta forma, buscando se adequar à nova realidade, a FAMESP passou a ratear suas despesas, repassando proporcionalmente este valor a cada unidade por ela administrada, utilizando-se como critério de rateio, o valor repassado pela Secretaria de Saúde. **CONTAS CORRENTES: CONTAS CORRENTES – Prestação de Serviços** - Os valores demonstrados a seguir se referem à prestação de serviços administrativos e assistenciais realizados entre as filiais FAMESP.

Contas Correntes Ativas	2016	2015
HEB	57.057,55	78.636,10
HBASE	4.631,61	7.315,35
HEMA	2.577,34	3.673,10
AME BAURU	5.284,93	5.225,41
FAMESP	30.315,00	-
Total	**99.866,43**	**94.849,96**
Contas Correntes Passivas	**2016**	**2015**
HEB	797.015,44	630.339,43
HBASE	107.009,25	98.030,83
HEMA	21.481,47	21.445,93
AME BAURU	17.582,08	13.653,75
FAMESP	88.140,93	-
Total	**1.031.229,17**	**763.469,94**

CONTAS CORRENTES – Aportes Financeiros: Durante o exercício de 2015, a FAMESP, na qualidade de gestora do convênio, realizou aportes financeiros que foram necessários para dar suporte às despesas com Pessoal e Custeio da referida unidade de atendimento a saúde, sendo que, em 31/12/2016 o saldo devedor em relação à FAMESP era de:

Contas Correntes Passivas	2016	2015
FAMESP - OS	-	1.995.000,00
Total	-	1.995.000,00

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: Processos Trabalhistas e Cíveis - Ações trabalhistas movidas por ex-funcionário contra a FAMESP pleiteando a reintegração ao trabalho, pagamento dos salários vencidos e vincendos, horas extras e reflexos. Foram ajuizadas ações pleiteando indenizações por danos morais e materiais e ações de anulação de processos seletivos, além de mandato de segurança visando a garantia de direito em participação em processos de registros de preços. De acordo com a opinião de assessores jurídicos da Entidade, para suportar o risco envolvido foi constituída uma provisão de R$ 772.127,21 em 31 de dezembro de 2016. **ISENÇÕES USUFRUÍDAS**: Em atendimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010, à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 e a ITG 2002 (R1) de 02 de setembro de 2015, são objeto de renúncia fiscal em razão da imunidade tributária preconizada no art. 150, inciso VI letra "C" e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 1988 os seguintes tributos no exercício: Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre Lucro Líquido, PIS sobre Faturamento, COFINS sobre Faturamento, Imposto sobre Operações Financeiras, Cota Patronal INSS - Folha de Pagamento, Cota Patronal INSS – Prestadores Serviço PF, PIS – Folha de Pagamento, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. **COMPROMISSOS -** No encerramento do exercício de 2016, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requereriam divulgação nas demonstrações financeiras.

Botucatu, 31 de dezembro de 2016.

ANTÔNIO RUGOLO JR.
DIRETOR PRESIDENTE

ALEXANDRE LUIZ ORLATO
CONTADOR CRC nº 1SP214.522/O-6

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR
MATERNIDADE SANTA ISABEL
CNPJ: 46.230.439/0011-83

CONTRATO DE GESTÃO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PROCESSO: Nº 001.0100.000.071/2011

Relatório de Produção do Exercício de 2016

Internações	Contratado	Realizado	%
Obstetrícia	4.200	4.776	13,71
Pediatria	720	919	27,64
Total de saídas por clínica	**4.920**	**5.695**	**15,75**

Ambulatorial	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas	480	944	96,67
Interconsultas médicas	480	708	47,50
Consultas Subsequentes	600	694	15,67
Consultas Não Médicas	960	955	-0,52
Total	**2.520**	**3.301**	**30,99**

Urgência/Emergência	Contratado	Realizado	%
Consultas	18.000	20.707	15,04
Total	**18.000**	**20.707**	**15,04**

Saídas Hospitalares em Clínicas Cirúrgicas	Contratado	Realizado	%
Eletivas	312	388	24,36
Urgências	0	0	0
Total	**312**	**388**	**24,36**

SADT Externo	Contratado	Realizado	%
Diagnóstico por Radiologia	3.600	4.321	20,03
Diagnóstico por Ultra Sonografia	3.840	3.565	-7,16
Total	**7.440**	**7.886**	**5,99**

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE PROF. CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS - BOTUCATU

Portaria do Diretor Técnico de Saúde III, de 6-4-2017

Considerando:

A necessidade de continuidade dos trabalhos desenvolvidos,

Em decorrência da saída, entrada e troca de membros que compõem a Comissão de Controle de Infecção Relacionada à Assistência em Saúde, a mesma deverá ficar constituída da seguinte maneira:

Vania Coelho Henriques: Médica – Presidente
Andrea Antônio Lara – Farmacêutica
Cristina Colombo Yamamoto - Médica
Rafaela Maria Vizenzzotto – Administração
Luciana Maria Fioretto Jorge – Nutricionista
Renata Aparecida Branco Gusmão – Enfermeira
Segue abaixo os suplentes desta Comissão:
Rosane Aparecida Ferrer Doimo – Fisioterapeuta
Rosangela C. R. Ribeiro – Técnica de Enfermagem
Mariana Claudio Silva Sartori - Enfermeira

O Diretor Técnico de Saúde III, do Cais Professor Cantídio de Moura Campos, considerando:

A necessidade de continuidade dos trabalhos desenvolvidos,

Em decorrência da saída, entrada e troca de membros que compõem a Comissão de Farmácia e Terapêutica, a mesma deverá ficar constituída da seguinte maneira:

Andrea Antônio Lara - Diretor Técnico de Saúde I – Farmacêutica-– Presidente
Wagner Luiz Fressatti – Médico Clínico
Maria Estela Freire da Palma Linder – Diretor Técnico de Saúde I – Enfermeira
Rosália Galvão do Amaral Dias – Diretor Núcleo administrativo
Segue abaixo os suplentes da comissão:
Renata Aparecida Branco de Gusmão
Maria Carolina Miquelin – Farmacêutica
Sandra Goreti Genovez Rosolin – Enfermeira – Unidade Interagir
Silvia Regina de Oliveira Benvindo – Gerente de Apoio Técnico

O Diretor Técnico de Saúde III, do Cais Professor Cantídio de Moura Campos, considerando:

A necessidade de continuidade dos trabalhos desenvolvidos,

Em decorrência da saída, entrada e troca de membros que compõem a Comissão de Revisão de Óbitos, a mesma deverá ficar constituída da seguinte maneira:

Mari Hassegawa– Presidente
Maria Giuseppina Greco Távora– Vice Presidente
Vania Coelho Henriques
Sirley Aparecida Justo dos Santos
Suplente desta Comissão:
Marinilce Lydia Franco Borro de Campos
Wagner Luiz Fressatti

O Diretor Técnico de Saúde III, do Cais Professor Cantídio de Moura Campos, considerando:

A necessidade de continuidade dos trabalhos desenvolvidos,

Em decorrência da saída, entrada e troca de membros que compõem a Comissão de Sistematização de Enfermagem (SAE), a mesma deverá ficar constituída da seguinte maneira:

Fabiana Cristina Gonçalves, Enfermeira;
Mariana Claudio Silva Sartori - Enfermeira
Dulcinéia Aparecida Fermiano, Auxiliar de enfermagem.
Guilherme Fragoso – Técnico de Enfermagem
Suplentes desta comissão:
Viviane Ribeiro Ciccone – Enfermeira
Vilma Cândido da Silva Ferreira – Auxiliar de enfermagem

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS

Comunicado

Comunico ao(s) fornecedor (es) abaixo que se encontram disponível (is) para a retirada(s) a(s) Nota(s) de Empenho em epígrafe, na Seção de Compras deste Centro de Referência, sito à Rua Prates, 165 - 2. andar - Bom Retiro – SP. O prazo para a retirada dos mesmos é de 3 dias conforme previsto na Lei - 8.666/93 e suas atualizações;

Processo: 001.0148.000.063/2017 - Ata: 14/2017
2017NE00197 - Supricorp Suprimentos Ltda.
Processo: 001.0148.000.063/2017 - Ata: 49/2017
2017NE00198 - Supricorp Suprimentos Ltda.
Processo: 001.148.000.111/2017 - DL: 34/2017
2017NE00199 - Elepar Elevadores Ltda - EPP

COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY - FRANCO DA ROCHA

Termo de Encerramento Contratual

Declaramos encerrada a prestação de serviços de dosimetria de radiação ionizante, com fornecimento de 33 dosímetros .

Contrato: 22/2011
Processo: 001.0136.001046/2011
Empresa: Pro-Rad Consultores em Radioproteção S/S Ltda, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dosimetria de radiação ionizante

A referida prestação de serviços teve seu início em 01-12-2011, pelo período de quinze meses, e foi prorrogada por iguais períodos, até atingir seu limite de 60 meses, de acordo com cláusula contratual quarta, parágrafo primeiro. A prestação de serviços findou-se em 30-11-2016. Informamos que o contrato foi integralmente cumprido, não restando quaisquer pendências, reajustamentos ou acertos de qualquer natureza.

Comunicado

Dispensa de Licitação: 16/2017
Processo: 001.0136.000297/2017 – aquisição de material de enfermagem (kit cirúrgico)
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Contratada: Ciruroma Comercial Ltda-Me
CNPJ: 05.515.873/0001-50
Nota de Empenho: 2017NE00320
Valor da Nota: R$ 7.810,00
Data do Empenho: 06-04-2017
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte: 001.001.141
Natureza de Despesa: 339030-31
PTRES: 090606

Comunicados

Dispensa de Licitação: 21/2017
Processo: 001.0136.000229/2017
Assunto: Aquisição de material de informática - (cartucho de tinta)
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Contratada: NBB Comercio de Equip. de Informatica Ltda Me
CNPJ: 10.820.186/0001-89
Nota de Empenho: 2017NE00322
Valor da Nota: R$ 3.381,00
Data do Empenho: 06-04-2017
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte: 001.001.141
Natureza de Despesa: 339030-60
PTRES: 090602
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Contratada: Hewllex Comércio de Produtos Eletro Eletrônicos Ltda
CNPJ: 97519539000193
Nota de Empenho: 2017NE00323
Valor da Nota: R$ 1.856,79
Data do Empenho: 06-04-2017
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte: 001.001.141
Natureza de Despesa: 339030-60
PTRES: 090602
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Contratada: M.E. Cartuchos e Toners Ltda. Me
CNPJ: 04890048000173
Nota de Empenho: 2017NE00324
Valor da Nota: R$ 2.761,10
Data do Empenho: 06-04-2017
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte: 001.001.141
Natureza de Despesa: 339030-60
PTRES: 090602

CONJUNTO HOSPITALAR DE SOROCABA

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Portaria DTD - 20, de 5-4-2017

O Diretor Técnico de Departamento do Conjunto Hospitalar de Sorocaba, da Secretaria do Estado de Saúde resolve:

Artigo 1º - Instituir Comissão de Apuração Preliminar visando apurar fatos referentes ao Memorando - 031/2017 - DSHH.

Artigo 2º - A referida Comissão será composta:

Presidente:
Luciana de Oliveira da Matta, RG 19.177.919, Biologista;
Membro:
Adilson José da Cruz, RG 27.055.738-6, Técnico de Radiologia;
Secretário:
Luciana Camilo Soares Moraes, RG 27.856.576, Oficial Administrativo.

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 7 de abril de 2017 às 01:50:50.